

TERMO DE REFERÊNCIA

(Decreto Legislativo n.º 06/2023, Título II, Seção III)

CCD: 14.01.04.02

Processo de aquisição

REQUISITANTE: Setor de Infraestrutura e Logística

1. Objeto da contratação

Contratação de serviço para manutenção de fechadura, fornecimento de kit fechadura com instalação, e cópias de chaves a partir do miolo.

2. Justificativa

A contratação fundamenta-se na necessidade de adequação às diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e às normas do Comitê Gestor da Câmara Municipal, visando garantir a guarda segura e o controle de acesso a documentos físicos contendo dados pessoais e sensíveis em cada setor ou gabinete. A instalação de fechaduras e sistemas de travamento adequados constitui medida de segurança administrativa indispensável para mitigar riscos de incidentes de privacidade, assegurando a integridade e o sigilo das informações sob custódia do Poder Legislativo.

3. Forma de contratação

- 3.1. Tipo de contratação: **Licitação**, a ser verificada pelo Setor de Compras e Contratos.
- 3.2. Modalidade: **Pregão eletrônico**, a ser verificada pelo Setor de Compras e Contratos
- 3.3. Indicação da adoção ou não do SRP: **Não**. Considerando que a contratação de fechaduras se destina ao atendimento de demanda específica e previamente definida por esta Administração, sem previsão de aquisições futuras frequentes ou parceladas, logo não se mostra vantajosa a adoção do Sistema de Registro de Preços neste caso.
- 3.4. Critério de julgamento: **Menor preço**
- 3.5. Critério de adjudicação: **Global**. Na presente demanda não é vislumbrado motivações para a adoção do parcelamento do objeto, visto tratar-se de contratação de mão de obra especializada de uma única categoria, com requisitos específicos. O desmembramento desses serviços e materiais em grupos diferentes poderia trazer grande dificuldade na prestação dos serviços por parte de diferentes empresas contratadas, causando assim a dessincronização na execução.
- 3.6. Permissão para subcontratação: **Não**

4. Requisitos do fornecedor

- 4.1. Quanto à capacitação técnico-operacional, a apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica (50%), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviço compatível com a manutenção ou instalação de fechaduras.
- 4.2 O fornecedor deve garantir que os técnicos instaladores possuam materiais, equipamentos, ferramentas e todos os itens adequados à prestação do serviço (gabaritos de furação, brocas específicas para não lascar o acabamento do móvel e aspirador de pó para limpeza). Qualquer

dano causado ao mobiliário durante a furação ou instalação será de inteira responsabilidade do fornecedor, que deverá reparar ou substituir a peça danificada sem custos adicionais à Câmara.

4.3. Considera-se importante a avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto, obter mais detalhes técnicos acerca das características do local onde será realizado o serviço; sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria (s) prévia (s), acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes

5. Prazo de vigência e prorrogação contratual

5.1. A vigência inicia com a publicação do contrato ou instrumento equivalente no Portal Nacional de Compras Públicas e seu prazo coincide com a execução do objeto e respectivo recebimento definitivo, observado o disposto no art. 111 da Lei 14.133/21.

6. Modelo de gestão

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) gestor (es) do contrato a servidora Any I A F de Araújo, isabelle@camarapiracicaba.sp.gov.br, telef.: 19.34036529 e a fiscalização será feita pelo servidor Brígido Fernandes da Cruz Junior, brigido.cruz@camarapiracicaba.sp.gov.br, 19.34036547, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput.

6.3.1. A comunicação entre as partes se dará através dos telefones e e-mails indicados.

6.3.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre esta Casa e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. A Câmara poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Câmara Municipal poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

7.1. O início da execução contratual se dará a partir do envio da Ordem de Serviço, a ser encaminhada por e-mail.

8. Obrigações da Contratada

8.1. Efetuar o fornecimento/execução do objeto, de acordo com as especificações que foram estabelecidas pela Câmara Municipal de Piracicaba;

8.2. Arcar com todas e quaisquer despesas, tais como, transporte, entrega e o descarregamento no local determinado, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos, incidentes sobre o fornecimento/execução do objeto.

8.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até o fornecimento/execução do objeto, incluindo as entregas feitas por transportadoras;

8.4. Obedecer às especificações do objeto, observando a qualidade, prazos estabelecidos neste Termo de Referência, bem como a marca, modelo e demais condições constantes da proposta apresentada;

8.5. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em lei durante a vigência contratual;

8.6. Designar, formalmente, um representante nos casos em que o ajuste se der por Contrato, com poderes para operacionalizar a execução do ajuste, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

8.7. Acatar as recomendações feitas pela fiscalização da Câmara, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimentos porventura solicitados;

8.8. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

8.9 A CONTRATADA deverá se responsabilizar por danos causados às instalações, equipamentos, móveis e objetos pertencentes à CONTRATANTE, bem como pela segurança dos ocupantes e de seus próprios funcionários durante a realização dos serviços;

8.10 Manter devidamente limpos os locais onde se realizarem os serviços;

8.11 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas;

8.12 A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da empresa para outras entidades.

8.13 A CONTRATANTE se dá ao direito de rescindir unilateralmente o contrato em que fique constatado a negligência da empresa em relação à segurança e integridade física de seus colaboradores. Podendo até a CONTRATADA responsável por indenizar a CONTRATANTE por quaisquer reclamações, custos, perdas ou danos resultantes de sua negligência ou violação dos termos do contrato.

8.14 Corrigir, às suas expensas, quaisquer vícios ou defeitos ocorridos na execução da obra, objeto do contrato, responsabilizando-se por quaisquer danos causados ao conveniente, decorrentes de negligência, imperícia ou omissão;

8.15 Independentemente da fiscalização feita pela CONTRATANTE, a CONTRATADA reconhece desde já que ela é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;

8.16 A CONTRATADA deverá executar os serviços durante o horário de expediente da Câmara Municipal, desde que não implique em prejuízos na rotina de trabalho dos locais a serem executados os serviços ou excepcionalmente em horários e datas previamente agendadas, conforme a característica e a necessidade dos serviços que se fizerem necessários, comunicando o fiscal do contrato com até **48 (quarenta e oito) horas** de antecedência.

8.16.1 A fim de não comprometer o andamento de atividades essenciais ao pleno funcionamento da Casa, o gestor do contrato poderá indicar serviços e locais onde a CONTRATADA deverá executar suas atividades **fora do horário comercial*** e nos finais de semana, sem que isto venha a implicar em quaisquer ônus extras para a CONTRATANTE:

- a) Situações de caso fortuito ou de força maior;
- b) Situações em que os serviços a serem executados causem impactos indesejáveis na rotina da Câmara.

8.17 Os materiais fornecidos deverão ter garantia de **12 (doze) meses**, incluído a mão de obra para substituição, se necessário. O serviço prestado deverá contar com garantia de **6 (seis) meses**, contados ambos do termo de recebimento definitivo.

8.18 Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todo e qualquer material, ferramentas, equipamentos, componentes ou insumos, além de outros necessários à plena execução dos serviços, e suas substituições caso se façam necessárias, para a plena execução do objeto contratado;

8.19 Para qualquer serviço mal executado, a CONTRATANTE reserva-se ao direito de solicitar a modificação, refazimento ou substituição, da forma e que melhor lhe convier, sem que tal fato acarrete solicitação de ressarcimento financeiro por parte da CONTRATADA, nem extensão do prazo para conclusão do objeto do contrato;

8.20 Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal ou gestor do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, ou que venha a comprometer o bom andamento dos serviços, conforme descrito neste Termo.

8.21 As especificações constantes deste instrumento têm caráter orientativo, podendo ser objeto de adequações técnicas durante a execução, quando necessárias, sejam:

- a) Por iniciativa da CONTRATADA, mediante justificativa técnica aprovada pela CONTRATANTE; ou
- b) Por determinação da CONTRATANTE, mediante formalização por escrito.

8.21.1 Prazo de 1 (um) dia para manifestação das partes comunicadas.

8.22 Todas as adequações deverão observar:

- a) Manutenção ou melhoria dos padrões de qualidade originalmente estabelecidos;
- b) Compatibilidade com os sistemas e estruturas existentes;
- c) Vedação de acréscimos de custo ou prazo, exceto se formalmente autorizados.

8.23 As adaptações realizadas:

- a) Só produzirão efeitos após anuência formal da CONTRATANTE.
- b) Não isentam a CONTRATADA das obrigações contratuais originais não modificadas.

8.24 A CONTRATANTE reserva-se o direito de determinar ajustes necessários à perfeita adequação dos serviços, cabendo a CONTRATADA sua imediata execução, desde que observados os limites contratuais.

8.25 Parágrafo único. Esta cláusula não autoriza alterações que caracterizem descaracterização do objeto licitado ou substituição por materiais de qualidade inferior.

8.26 Para evitar possíveis contratempos decorrentes de falhas na especificação, variações de quantitativo ou necessidade de reposição durante a execução do contrato, fica prevista a aquisição dos serviços e materiais contratados, a título de **reserva técnica, limitada a até 10%** do quantitativo adquirido.

8.27 A reserva técnica (RT) tem por objetivo garantir a continuidade e padronização dos elementos de segurança nos ambientes da Câmara Municipal, prevenindo problemas futuros.

8.28 Os itens adquiridos a título de reserva técnica somente serão fornecidos e faturados, pela CONTRATADA, mediante solicitação expressa da Administração, respeitando os seguintes critérios:

8.28.1 A solicitação deverá ser formalizada durante a vigência do contrato.

8.28.2 Os itens da reserva técnica, caso não sejam requisitados dentro do prazo estabelecido, não serão adquiridos ou pagos, sem qualquer ônus para a Administração.

8.29 Os itens da reserva técnica, se utilizados, seguem as mesmas cláusulas contratuais presentes neste Termo.

8.30 Cumprir todas as disposições constantes neste Termo de Referência.

9. Regime de execução

9.1. Entrega única

9.2. Prazo de execução: **15 dias**. Serviço deverá ser executado durante o horário* de expediente, das 08h às 16h30, de segunda a sexta-feira; (cláusula 8.16*)

9.3. Local de execução: Prédio Principal (rua Alferes José Caetano, 834) e Prédio Anexo (Rua São José, 547);

9.4. Quando da execução, as empresas deverão observar que a Câmara Municipal de Piracicaba está localizada na região central da cidade e, portanto, há restrições com relação à circulação de caminhões;

9.5. Caso não seja possível a conclusão dos serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **3 (três)** dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

9.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, por esta Casa, de forma sumária, no prazo de **03 (três)** dias, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, pelo Fiscal/Gestor/Requisitante/comissão ou técnico designado, que emitirá o recebimento definitivo.

9.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de **2 (dois)** dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até **2 (dois)** dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material/serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado ou ateste na nota fiscal.

9.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ética profissional pela perfeita execução do contrato.

9.9.1. O recebimento definitivo e respectivo pagamento será feito somente após a conclusão de todas as etapas constantes das especificações deste TR. Caso qualquer das etapas não forem realizadas ou realizadas em desacordo, o pagamento poderá sofrer glosa.

10. Penalidades

10.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - Dar causa à inexecução parcial ou total do ajuste;
- II - Dar causa à inexecução parcial do ajuste que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V - Não celebrar o ajuste ou não entregar a documentação exigida, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- VII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou a execução do ajuste;
- VIII - Fraudar o processo de contratação ou praticar ato fraudulento na execução do ajuste;
- IX - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- X - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XI - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- XII - Dar causa à inexecução total do ajuste.

10.2. Pelas infrações administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, a Câmara Municipal de Piracicaba poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não adimplida;

III - Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta no âmbito do Município de Piracicaba, na forma do artigo 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.2.1. A sanção prevista no inciso I do item acima será aplicada exclusivamente pela infração prevista no inciso I do item anterior, caso não se justifique imposição de penalidade mais gravosa.

10.2.2. A sanção prevista no inciso II do item acima será aplicada por qualquer das infrações previstas no item anterior.

10.2.3. A sanção prevista no inciso III do item acima será aplicada pelas infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item anterior, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. As infrações administrativas serão apuradas através de processo sancionatório e todas as intimações e comunicações a respeito do referido processo se darão através do e-mail cadastrado no SICAF, comprometendo-se a licitante a manter atualizados esses dados.

10.5. No processo sancionatório também serão consideradas as disposições constantes no Ato da Presidência n.º 11/2024 (<https://www.legislacaodigital.com.br/Piracicaba-SP/AtosPresidencia/11-2024/Arquivos/2>).

11. Forma de pagamento

11.1. O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) após a apresentação da nota fiscal/fatura e documentos exigidos, se houverem, em até 15 (quinze) dias do atesto de recebimento definitivo pelo gestor.

11.1.1. Antes do pagamento, será procedida consulta online junto aos órgãos correspondentes, para verificação da situação dessa, relativamente à Certidão Negativa de Débito relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ao Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como demais documentos exigidos para assinatura do contrato ou que se fizerem necessários.

11.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, por meio de ordem bancária ou boleto, devendo para isto ficar explicitado na proposta ou nota fiscal o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

12. Condições de reajuste

12.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis para um período de 12 (doze) meses, contados da data da elaboração do orçamento estimado.

12.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice a ser indicado pelo Setor de Compras e Contratos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas a ocorrência da anualidade.

12.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. O reajuste será aplicado para entregas/serviços realizados a partir do 1º dia do 13º mês.

13. Garantia contratual

13.1. Não será exigida garantia contratual para esta contratação.

14. Especificações técnicas e quantidades

ITEM	DESCRIPTIVO	UN.	QTE	REF.
1	Confecção de chaves a partir do miolo da fechadura (fornecimento de duas cópias)	Un.	78	
2	Kit fechadura para armários, gavetas e gaveteiros	Un.	29	Pado/Papaiz...
3	Manutenção de cilindro/miolo de fechadura	Un.	9	

ARMARIO PORTA CORRER	
<input checked="" type="checkbox"/> Manut. c/chave:	6
<input checked="" type="checkbox"/> Chave original:	15
<input checked="" type="checkbox"/> Nova fechadura:	21
ARMARIO PIVOTANTE	
<input type="checkbox"/> Manut. c/chave:	-
<input checked="" type="checkbox"/> Chave original:	20
<input checked="" type="checkbox"/> Nova fechadura:	5
GAVETA DE MESA:	
<input checked="" type="checkbox"/> Manut. c/chave:	3
<input checked="" type="checkbox"/> Chave original:	23
<input checked="" type="checkbox"/> Nova fechadura:	1
GAVETEIRO DE AÇO	
<input type="checkbox"/> Manut. c/chave:	-
<input checked="" type="checkbox"/> Chave original:	3
<input type="checkbox"/> Nova fechadura:	-
GAVETEIRO MDF	
<input type="checkbox"/> Manut. c/chave:	-
<input checked="" type="checkbox"/> Chave original:	17
<input checked="" type="checkbox"/> Nova fechadura:	2

➤ **OBJETOS ALVOS DESTA CONTRATAÇÃO:** armário MDF portas de correr, armário portas pivotante, armário balcão MDF, gaveta de mesa, gaveteiro arquivo vertical em aço e gaveteiro escritório MDF. Fotos exemplificativas em anexo.

14.1 Além das especificações e obrigações expressamente previstas neste TR, deverão ser observadas todas as condições necessárias ao perfeito funcionamento de todas as fechaduras, ainda que não detalhadas neste instrumento, considerando-se incluídos todos os componentes, acessórios e serviços inerentes à instalação e adequado desempenho do objeto.

14.2. Para atendimento às demandas de manutenção do mobiliário existente, poderão ser adotados, conforme a necessidade e adequação técnica, diferentes tipos de fechaduras, incluindo, mas não se limitando a:

- Fechaduras tipo lingueta para gavetas e portas de armários;
- Fechaduras com travamento para cadeado;
- Fechaduras tipo baulete;
- Fechaduras com cilindro tipo pressão (pinos);
- Outros sistemas de travamento equivalentes, compatíveis com o mobiliário existente.

14.3. A definição do tipo de fechadura a ser utilizada em cada situação deverá observar:

- As características construtivas do mobiliário;
- A finalidade de uso e o nível de segurança requerido;
- A compatibilidade dimensional e funcional com os padrões existentes;

14.4 A adoção de cada modelo deverá ser previamente avaliada pela Contratante, vedada a utilização de soluções inadequadas ou incompatíveis com o mobiliário

14.5. Considerando que as fechaduras se destinam à manutenção de mobiliário existente na Câmara Municipal, a Contratada será a única responsável pela compatibilidade dimensional (diâmetro e comprimento do cilindro) e funcional dos produtos fornecidos.

14.6. Fica facultado à licitante vencedora a realização de vistoria técnica "in loco" antes do fornecimento, para levantamento das medidas exatas das furações e espessuras das chapas dos móveis.

14.7. A eventual omissão da Contratada em realizar as medições não a exime da obrigação de substituir, sem ônus para a Administração, qualquer peça que apresente incompatibilidade de instalação ou funcionamento.

14.8. O pagamento será efetuado exclusivamente com base nas quantidades efetivamente fornecidas e instaladas, devidamente atestadas pela fiscalização do contrato.

14.9 Caso a Contratada identifique, durante a vistoria ou no ato da instalação, a impossibilidade técnica de colocação/substituição de alguma fechadura (devido a danos estruturais no móvel, modelos obsoletos sem similares no mercado ou outras incompatibilidades insanáveis), o respectivo item não será faturado nem pago pela Administração.

14.10. A manutenção no cilindro da fechadura compreende minimamente:

- a. A manutenção de miolos (cilindros) de fechaduras, deve incluir, entre outros necessários ao seu pleno funcionamento, a: desmontagem, remontagem, limpeza, lubrificação, substituição de componentes internos desgastados, ajustes e testes de funcionamento, sem alteração do padrão original da fechadura;
- b. O lubrificante deve ser à base de teflon ou grafite em pó.

14.11. A confecção de chaves compreende minimamente:

- a. Corpo do material em latão niquelado;
- b. Confecção de chave a partir do cilindro da fechadura, sem disponibilidade de chave matriz, devendo incluir, obrigatoriamente, a manutenção no segredo do cilindro, conforme compreendido na cláusula 14.10; garantindo o funcionamento suave e sem travamentos.
- c. Entrega mínima de duas chaves funcionais, plenamente compatíveis com o mecanismo.

14.12. As chaves confeccionadas ou fornecidas deverão possuir perfil curto e dimensões reduzidas, compatíveis com o uso em mobiliário de escritório, visando a ergonomia e a segurança do usuário. Preferencialmente com acabamento em capa plástica reforçada ou metálica de formato compacto.

14.12.1 A haste metálica deve ter o comprimento estritamente necessário para o acionamento do segredo, evitando sobras externas excessivas. Não serão aceitas chaves de perfil longo que apresentem risco de colisão com o usuário ou que facilitem a quebra por alavanca quando inseridas no móvel.

14.13. O fornecimento de fechaduras com a instalação compreende minimamente:

- a. O modelo da fechadura deverá ser compatível com o tipo de porta, material e padrão do móvel existente, sendo vedado adaptações improvisadas que comprometam a segurança, o funcionamento ou a estética do mobiliário, ou inadequado à sua funcionalidade.
- b. O conjunto da fechadura deverá garantir o travamento eficiente das portas, sem deformações, folgas excessivas, empenamentos ou falhas decorrentes da qualidade inferior dos componentes.
- c. O fornecimento da fechadura compreende, minimamente:
 - O kit completo para pleno funcionamento dela e travamento simultâneo das portas;
 - Fechadura tipo cilíndrica em aço ou latão, preferencialmente latão, com acabamento niquelado ou cromado polido, com acionamento por chave;
 - Duas chaves originais em latão, em conformidade com item 14.7a;
 - Instalação, ajustes e testes de funcionamento;
 - Ser compatível com a espessura, material e padrão construtivo do móvel existente;
 - Permitir o travamento seguro e eficiente;
 - Rosetas e batentes/contra-testa para acabamento;
 - A chave só deverá ser extraída da fechadura na posição fechada.

14.13.1. As fechaduras deverão ser plenamente compatíveis com os padrões construtivos existentes (dimensões, furações e encaixes), sendo vedada a realização de adaptações improvisadas, tais como alargamento de furos, uso de calços, chapas sobrepostas, remendos, soldas ou quaisquer intervenções que comprometam o acabamento, a estética ou a integridade do material.

14.13.2. Os produtos devem ser novos, de fabricação corrente (em linha), com sistema de segredo por pinos ou palhetas, garantindo segredos individuais e distintos para cada unidade fornecida.

14.13.3. Cada fechadura deverá possuir segredos individuais e distintos entre si, de modo que a chave de uma unidade não acione o mecanismo de outra, garantindo a privacidade e segurança dos documentos acautelados

14.14 O travamento das portas de correr deverá ser executado, prioritariamente, por meio de interferência do pino no perfil lateral (borda) da porta interna. A Contratada deverá fornecer fechaduras com curso de pino suficiente para garantir a ancoragem segura sem a necessidade de perfuração da face do painel.

14.15 A perfuração da porta (furação da folha) somente será admitida em caráter excepcional, quando comprovada a inviabilidade técnica de instalação do sistema de travamento pelo perfil, devendo tal condição ser:

- a. Devidamente justificada pela Contratada;
- b. Previamente submetida à análise e aprovação da Administração;

14.16. Na hipótese de necessidade de perfuração, esta deverá:

- a. Ser executada com precisão técnica, utilizando ferramentas adequadas e gabaritos;
- b. Respeitar os limites estruturais do material da porta;
- c. Não comprometer a resistência, o funcionamento ou o acabamento do conjunto;
- d. O travamento deverá ser suave, sem necessidade de forçar a porta ou a chave para o acionamento
- e. O pino deverá ter comprimento suficiente para transpassar a folga entre as portas e penetrar no mínimo 8mm na porta interna, garantindo travamento sem folgas. Se necessário, a Contratada deve fornecer pinos prolongadores.
- f. Utilizar rosetas de acabamento, e material próprio para revestimento interno do furo.

14.17. Eventuais danos decorrentes de perfurações inadequadas ou desnecessárias serão de inteira responsabilidade da Contratada, que deverá promover a recomposição ou substituição do elemento afetado, sem ônus para a Administração.

14.18 Não serão aceitos materiais visivelmente de baixa qualidade, tais como corpos frágeis, acabamento irregular, trincas, folgas excessivas, rebarbas, deformações ou peças que comprometam a resistência, segurança ou funcionamento suave do mecanismo da fechadura.

14.19 Quando houver substituição de fechaduras existentes, o novo modelo deverá ser compatível com as furações e dimensões do armário, ou permitir adaptação sem comprometer a estrutura do móvel.

14.20 O mecanismo de fechamento deverá impedir a abertura ou deslizamento das portas quando na posição travada.

14.21 As chaves fornecidas deverão permitir identificação e controle interno, sendo vedada a Contratada manter cópias sem autorização expressa da Administração.

14.22 A Contratada deverá comprometer-se a não reproduzir chaves adicionais sem solicitação formal do órgão Contratante.

14.23. Em caso de defeito que impeça o acesso ao conteúdo do mobiliário (travamento), a Contratada deverá realizar o atendimento presencial (início da execução) em até **04 (quatro) horas**, contadas a partir da abertura do chamado por e-mail ou sistema oficial, visando a liberação imediata do acesso.

14.24. Para os demais casos de assistência técnica ou garantia que não impeçam o uso imediato, a empresa deverá providenciar a resolução definitiva do problema (conserto ou substituição do item) no prazo máximo de **03 (três) dias**.

15. Critérios e práticas de sustentabilidade (se for o caso)

15.1. A Contratada será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar à Câmara Municipal em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas à comercialização do objeto do presente Termo de Referência.

15.2. Os equipamentos/materiais/serviços objeto deste Termo de Referência deverão, sempre que possível, seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na concepção e elaboração dos materiais.

15.3. Considerando os riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública ocasionados pela contratação, caberá à Contratada observar as políticas socioambientais, principalmente o correto descarte e o gerenciamento adequado de resíduos, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, assumindo o compromisso de cumprir toda a legislação vigente.

15.4. Não obstante, sem prejuízo do indicativo no presente Termo de Referência, a Contratada deverá, ainda:

15.4.1. Observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades;

15.4.2. As embalagens dos equipamentos/materiais, quando possível, deverão ser feitas em material reciclável; e

15.4.3. Respeitar a legislação e as Normas Técnicas brasileiras – NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos, bem como as normas do INMETRO.

15.4.4 Os serviços a serem executados geram impactos ambientais e como medidas de tratamento devem seguir as diretrizes, no que couber, nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002 de 05/07/2022, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA, conforme artigo 4º, § 1º e 2º, e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010.

16. Preços unitários referenciais e totais por item

Os valores serão apurados pelo Setor de Compras e Contratos através de pesquisa de preços, conforme preceitua artigo 8º, § 3º e seguintes do Decreto Legislativo nº 06/2023.

17. Valor estimado da contratação

Os valores serão apurados pelo Setor de Compras e Contratos através de pesquisa de preços, conforme preceitua artigo 8º, § 3º e seguintes do Decreto Legislativo nº 06/2023.

18. Declaramos a impossibilidade de inclusão do objeto como item autônomo em algum processo licitatório da Câmara Municipal, na presente data;

19. Declaramos que não há existência de previsão de demanda, ainda no ano corrente, por itens que podem ser adquiridos conjuntamente àqueles que compõem o presente Termo, por este Requisitante;

20. A demanda consta no Plano de Contratações Anual (2025), disponibilizado no Portal da Transparência e no PNCP na alínea **301, 310**.

21. Estudo Técnico Preliminar

(x) Em anexo

() Não consta, conforme justificativa a seguir, observado o art. 11 do Decreto Legislativo n.º 6/2023.

Data da elaboração: 26 de março de 2026.

ANY ISABELLE ALMEIDA F. DE ARAÚJO
Responsável pela elaboração do TR

ANY ISABELLE ALMEIDA F. DE ARAÚJO
Gestor do Contrato

BRÍGIDO FERNANDES DA CRUZ JÚNIOR
Fiscal do Contrato

BRÍGIDO FERNANDES DA CRUZ JÚNIOR
Chefia do Setor Responsável pela elaboração

MILENA PETROCELLI FURLAN DIONÍSIO
Diretor do Departamento responsável pela elaboração